

Programa **Educa Município**

POR UMA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE QUALIDADE

**Documento de
referência**



DE OLHO
NO MATERIAL
ESCOLAR



PREFEITO, VAMOS TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO NA CIDADE!

Melhorar a qualidade da educação municipal pode fazer a diferença na vida de muitas crianças e suas famílias, além de promover a sociedade com um todo. Lidere essa virada de chave no destino da sua cidade! Vamos juntos transformar a educação!

EDUCAÇÃO É NOSSA PRIORIDADE: PROPOSTAS DA DE OLHO

Este trabalho é guiado por um conjunto de pontos-chave que promovemos por todo o país de modo a fazerem parte do novo Plano Nacional de Educação – PNE¹:

- 01 Investimento estratégico em Educação Infantil e alfabetização;
- 02 Adoção das avaliações internacionais como referência oficial;
- 03 Integração inteligente entre mercado de trabalho e expansão das graduações e do ensino técnico;
- 04 Melhoria no apoio, formação, incentivo e valorização de professores da Educação Básica;
- 05 Fim da violência e substâncias ilícitas nas escolas;
- 06 Uso de materiais didáticos baseados na ciência;
- 07 Governança educacional efetiva.

Esses pontos poderão guiar seu município na hora de construir o Plano Municipal de Educação, que deverá entrar em vigor em 2026.

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os problemas da educação brasileira são muitos e têm suas raízes já na primeira infância. Sabemos que sua Prefeitura tem conhecimento deles, mas vamos resumir as questões mais importantes e críticas para as crianças do Brasil.

- ◆ Muitas vezes ignora-se o importante papel da Educação Infantil, que vai além da guarda e proteção das crianças enquanto os pais estão trabalhando – e isso é especialmente ruim para crianças em situação mais vulnerável,



social e economicamente. Os problemas continuam nos anos iniciais, ao se adotarem metodologias e abordagens que não estão baseadas em evidências científicas. **Quando não se dá às crianças bases sólidas para avançar efetivamente na alfabetização e no aprendizado da matemática básica, todo o seu desenvolvimento escolar fica comprometido, pois perde-se o momento ideal de aprendizagem.** Isso gera um ciclo vicioso que prejudica toda a vida acadêmica de uma pessoa e traz consequências, inclusive, para a produtividade do país.

- ◆ Uma importante fragilidade da educação nacional diz respeito à cobertura de creches no Brasil, que ainda é insuficiente para atender a demanda. **Dados do Inep apontam que menos de 40% das crianças entre 0 e 3 anos têm acesso à creche.** Esse número é ainda mais preocupante entre os mais pobres, que mais necessitam do serviço.
- ◆ Além disso, **são poucos profissionais em sala de aula para o número de crianças da turma**, o que compromete a atenção individualizada do professor, muito relevante para bebês e crianças muito pequenas. A pré-escola (a partir dos 4 anos de idade) é obrigatória a todos, e universalizar o acesso é uma obrigação do gestor público.

◆ A Educação Infantil também apresenta dificuldades que precisamos enfrentar em relação à infraestrutura² das escolas. Iluminação, fornecimento de água potável e esgoto, disponibilização de brinquedos e bibliotecas, entre outros, são especialmente importantes nessa fase da vida das crianças.

◆ Nos anos iniciais, quando deve ocorrer a alfabetização, a avaliação direta dos resultados de aprendizagem das crianças mostra deficiências da educação fornecida no país. **Os índices de aprendizado medidos pelo Sistema de Avaliação Básica – Saeb³ 2023 para os anos iniciais das redes públicas apresentaram uma piora quando comparados aos de 2019 (último resultado publicado antes da pandemia), tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.** Importante destacar que essa é uma piora sobre uma base que já era deficiente.

Essa realidade torna-se ainda mais clara ao compararmos o desempenho dos brasileiros com o de outros países em avaliações internacionais padronizadas como o PIRLS (que avalia a capacidade de leitura) e o TIMSS (que avalia conhecimentos de Ciências e Matemática). **Em leitura, o Brasil teve resultado inferior a 58 dos 65 países avaliados e, em matemática, o país ficou atrás de 54 dos 58 países avaliados.**

¹ O Plano Nacional de Educação – PNE é um conjunto de metas e estratégias válidas por dez anos instituído por lei federal para nortear a educação no Brasil. O atual PNE está vigente até 2025.

² Esse aspecto foi recentemente objeto de homologação da Resolução do CNE/CEB nº 1/2024, que apresenta Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil.

³ O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb é um conjunto de provas aplicadas pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas brasileiras.



O gráfico ilustra a sensibilidade das habilidades cognitivas e emocionais ao longo dos anos de vida. O eixo Y representa a 'Sensibilidade' (Alta/Baixa) e o eixo X representa os 'Anos' (0 a 7). Uma linha vertical pontilhada separa os 'Anos pré-escolares' (0-4) dos 'Anos escolares' (4-7).

As habilidades cognitivas e emocionais são representadas por linhas coloridas:

- Números** (Linha vermelha): Sensibilidade alta na infância, diminui gradualmente na idade adulta.
- Habilidades sociais** (Linha laranja): Sensibilidade alta na infância, diminui gradualmente na idade adulta.
- Linguagem** (Linha verde): Sensibilidade alta na infância, diminui gradualmente na idade adulta.
- Audição, visão e Maneiras habituais de responder** (Linha azul): Sensibilidade alta na infância, diminui gradualmente na idade adulta.
- Controle emocional** (Linha roxa): Sensibilidade alta na infância, diminui gradualmente na idade adulta.

⁷ Shonkoff, J. P., & Phillips, D. A. (2000). From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development.

Retorno sobre o investimento

Pré-natal

Creche

Pré-escola

Ensino Fundamental e Ensino Médio

Educação Superior e Educação Profissional

0 a 3 anos 4 e 5 anos Idade escolar Profissional

- ◆ oferecer Educação Infantil que prepare para alfabetização e aprendizado de habilidades matemáticas básicas;
- ◆ alfabetizar todas as crianças no primeiro ano do Ensino Fundamental; e
- ◆ promover uma boa formação em Língua Portuguesa e Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



Principais pilares do Programa Educa Município

1. BOM USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

O art. 212 da Constituição Federal determina que **os municípios devem investir pelo menos 25% da receita resultante de impostos, incluídas transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino**. Isso inclui a manutenção e o desenvolvimento do ensino, remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos, compra de material didático escolar, oferta de transporte escolar, entre outras atividades necessárias para o funcionamento dos sistemas de ensino⁸. Além dos recursos da própria Prefeitura e outras receitas, essas atividades educacionais são financiadas principalmente

com recursos do Fundeb e do Salário Educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) responde por mais de 60% dos recursos disponíveis para que Estados, Distrito Federal e municípios financiem sua estrutura de ensino. Esse fundo foi incorporado à Constituição em 2020, com a adição do art. 212-A. É regulado pela Lei nº 14.113/2020 e pelo Decreto nº 10.656/2021. Os recursos são repassados com base do número de matrículas, de acordo com o Censo Escolar mais recente. Além de ser abastecido por uma cesta de impostos, ele também é complementado pela União. Segundo o art. 26 da Lei nº 14.113/2020, 70% dos recursos do Fundeb deverão ser aplicados na remuneração dos profissionais de educação, enquanto 30% serão usados nas demais ações de desenvolvimento do ensino.

O Salário Educação é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º da Constituição Federal e regulada pelas leis

nº 9.424/1996 e 9.766/1998. Os recursos para esse fundo vêm da arrecadação de 2,5% que incide sobre o salário de contribuição das empresas. Assim como no caso do Fundeb, o recurso a ser recebido pelo município depende do número de matrículas registrado no Censo Escolar.

Os municípios também recebem recursos de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como o PNAE, PNATE e PDDE, além de outras políticas estaduais e federais vigentes⁹.

♦ **PNAE** — Programa Nacional de Alimentação Escolar: regido pela Lei nº 11.947/2009, repassa valores financeiros mensais de fevereiro a novembro do ano, em conta específica do Banco do Brasil aberta pelo FNDE em agência indicada pela Entidade Executora. O objetivo é complementar os recursos que os municípios aportam para a alimentação escolar.

♦ **PNATE** — Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar: instituído pela Lei nº 10.880/2004, repassa valores financeiros mensais de fevereiro a novembro para suplementar custeio de transporte escolar. Beneficia, sobretudo, estudantes residentes em áreas rurais.

♦ **PDDE** — Programa Dinheiro Direto na Escola: regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, transfere recursos diretamente para unidades ligadas à escola para custeio (para adquirir material de consumo e contratação de serviços) e capital (para aquisição de materiais permanentes).

⁸ Art. 70 e 71 da LDB esclarece quais são essas atividades.

⁹ Para além de recursos financeiros, é importante ressaltar a distribuição direta de livros por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD.



2. CURRÍCULO¹⁰

Os currículos são elementos fundamentais do plano educacional e formam a base das atividades desenvolvidas nas unidades de ensino. Eles devem estar alinhados a diretrizes nacionais, estaduais e municipais. Nesse sentido, a prefeitura pode adotar bons currículos, que promovam as habilidades de alfabetização e matemática básica. Essas diretrizes podem ser formuladas por um conselho municipal¹¹ ou estabelecidas por lei.

O foco no aprendizado deve estar presente desde a Educação Infantil, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, pois são matérias fundamentais. **É crucial garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o fim do primeiro ano. Os currículos devem ser estruturados com esse objetivo.**

Uma sugestão interessante é a adoção e a adaptação de diretrizes curriculares que geraram bons resultados, a exemplo daquela de Sobral, no Ceará, que é de livre utilização. O documento pode servir como uma referência valiosa para a elaboração de currículos que atendam às necessidades específicas de cada

região, promovendo uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

É necessário um olhar especial e humanizado sobre o professor da Educação Básica. Por décadas, os jovens que querem seguir essa carreira têm sido deixados à própria sorte. Não recebem a formação nem o apoio necessários para poderem trabalhar com segurança e sucesso. Para aqueles que já integram a carreira do magistério, a situação não é muito diferente. A estrutura de incentivos é insuficiente e falta valorização social e financeira.

Por isso, é necessário investir na formação continuada dos professores de seu município, bem como promover sua valorização.

É fundamental que a prefeitura promova formações práticas, que abordem aquilo que é de fato necessário. As formações em serviço são aquelas realizadas com o professor já contratado, visando o aprimoramento contínuo de sua atuação em sala de aula.

Quanto à valorização, é importante pensar nas dimensões social e financeira da carreira docente, inclusive com implementação de bônus financeiro por produtividade para professores e gestores escolares – ou seja, garantir que o esforço do professor em fazer com que seus alunos aprendam cada vez mais seja reconhecido. Deve-se promover maior dignidade e valorização para o magistério e incentivo à melhoria contínua de seu desempenho.



¹⁰ O currículo é o conjunto de conteúdos e habilidades que devem ser ensinados na escola.

¹¹ O Conselho Municipal de Educação é um grupo que ajuda a organizar e a fiscalizar a educação na cidade, garantindo que as escolas sigam as regras e melhorem o ensino.

4. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático é uma ferramenta fundamental para promover uma educação de qualidade e eficiente. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD¹²) para os anos iniciais e para a Educação Infantil disponibilizam obras interessantes que podem ser escolhidas pelos professores das escolas públicas cadastradas no programa. O gestor local deve chamar bastante atenção para a importância dessa escolha, que deve ser tratada com a maior seriedade pela equipe pedagógica do município. As obras escolhidas devem servir de ponto de apoio para o professor trabalhar no desenvolvimento das habilidades cognitivas dos estudantes, tanto no que diz respeito à leitura quanto à matemática.

5. AVALIAÇÕES¹³

É importante lembrar que só se pode avaliar aquilo que é possível medir. Por essa razão, a prefeitura deve estabelecer uma rotina de avaliação constante, que possa inclusive ser utilizada como ferramenta pedagógica para apoiar intervenções, tomada de decisões e correções de trajeto.

Investir em avaliações externas municipais pode significar um enorme retorno em termos de aprendizagem. Também é importante garantir que os estudantes participem de avaliações estaduais e nacionais.

6. IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

Se a escola tem um papel fundamental na formação de um estudante, a família é sua maior aliada. Alimentação, equilíbrio psicológico e condições de higiene promovem (ou podem comprometer) o desenvolvimento cognitivo das crianças.

O município pode criar iniciativas, ações e programas de sensibilização e orientação das famílias, como práticas educativas em casa (sobretudo leitura dialogada e interação verbal), interação entre família e escola e cuidados com a criança. Esse tipo de estratégia é extremamente poderosa, e tem o potencial de ajudar particularmente as parcelas mais vulneráveis da população.

¹² O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD é um programa do governo que distribui livros e materiais didáticos para as escolas públicas.

¹³ As avaliações são formas de verificar o que os estudantes aprenderam. Podem ser internas, como provas e notas dadas pelos professores na escola, ou externas, como exames aplicados pelo governo para medir a qualidade da educação.

7. VIOLÊNCIA ZERO NAS ESCOLAS

A violência é uma triste realidade que não deve ser aceita, em nenhuma hipótese, no ambiente escolar.

Cabe aos gestores concentrarem todos os esforços para eliminar qualquer forma de violência nos ambientes escolares. A comunidade escolar inteira deve se sentir acolhida e segura. Para prevenir a violência nas escolas, a prefeitura pode agir em parceria com órgãos de assistência social e de segurança pública, para coibir desde práticas de bullying até violência explícita contra membros da comunidade escolar.

Atualmente existem normas que contemplam diferentes temas relacionados à violência nas escolas. Vale a pena incentivar que os gestores da prefeitura e do sistema de ensino tomem conhecimento delas.



Sobre bullying:

Lei nº 13.185/2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)

Lei nº 13.277/2016 – Institui o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola

Lei nº 14.811/2024 – Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e criminaliza o Bullying e Cyberbullying

Sobre sistemas relacionados ao combate à violência:

Lei nº 13.431/2017 - Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência

Lei nº 14.643/2023 – Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave)

Decreto nº 12.006/2024 – Regulamentação do Snave

8. ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO DE CADA ESTUDANTE

É necessário garantir que cada criança aprenda todos os conteúdos necessários. Por isso, um acompanhamento individualizado para aqueles com mais dificuldades pode e deve ser feito com professores assistentes ou tutores. Da mesma forma, o município deve sensibilizar as famílias para a importância de as crianças irem regularmente à escola e das consequências do seu eventual abandono.

9. VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES

Evidências demonstram o enorme impacto do professor na aprendizagem das crianças. Além da oferta de formação em serviço com conteúdos que realmente sejam relevantes, o município pode adotar estratégias de bonificação ou premiação por desempenho: à medida que os estudantes aprendem mais, o professor é mais premiado.

10. GESTÃO ESCOLAR E EDUCACIONAL EFETIVA

Aspectos gerenciais também são de fundamental relevância para o bom desempenho da escola. Programas de formação de gestores escolares são úteis para melhor gerir os recursos, entre os quais destaca-se o tempo instrucional, que no Brasil é muito baixo. As evidências mostram que o impacto de um bom gestor sobre o desempenho da escola como um todo é superior até mesmo ao de um professor, isoladamente.

No nível da gestão educacional estratégica, o atual Plano Nacional de Educação, em seu art. 8º, estabelece prazo para que o município elabore seu plano de educação, instrumento estratégico da política educacional local. Essa lei deve ser de iniciativa da Prefeitura. É crucial para a gestão municipal atentar-se à elaboração ágil do novo Plano Municipal de Educação, seguindo a aprovação, provavelmente em 2025, do novo Plano Nacional de Educação.



Olhando para o futuro

O sucesso do setor educacional é a missão mais grandiosa de um Prefeito. Esse é o tema que une o passado, o presente e o futuro de um município. A educação de qualidade é imprescindível para o futuro próspero da localidade.

O Prefeito que estabelecer um exemplo de sucesso possuirá uma plataforma poderosíssima baseada no cuidado com o que há de mais importante para uma sociedade: suas crianças. A boa notícia é que, em educação, o caminho do sucesso já é conhecido. O fato de ele ter sido ignorado por muito tempo é lamentável, mas também é uma oportunidade para que seu município se destaque como um exemplo inspirador.

Em pouco tempo é possível crescer em avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental, melhorando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município.

Investir em um robusto programa de formações em serviço dos professores, aprimorar o currículo, escolher os melhores materiais disponíveis, melhorar a gestão escolar... todas são estratégias que, se articuladas cuidadosamente e com base em evidências científicas, levarão o município à excelência educacional.

No mesmo sentido, o Prefeito poderá sempre contar com o apoio da **De Olho no Material Escolar**, cujo principal objetivo é melhorar a qualidade da educação para todos os brasileiros. Além desses pontos técnicos, nossa Associação apresenta diversos programas que podem ser trazidos ou implementados em seu município, como:

- ◆ **Vivenciando a Prática**, que conecta escola, ciência e setores produtivos, levando alunos e professores para conhecer na prática a realidade da produção de bens e serviços do próprio país;
- ◆ **Mestres no Agro**, que capacita profissionais de ensino, visando atualização e debate sobre a evolução tecnológica e científica do setor produtivo;
- ◆ **Agroteca**, biblioteca gratuita de conteúdos atualizados e baseados em evidências científicas, disponibilizados após a curadoria da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).





Facebook

deolhonomaterialescolar



LinkedIn

De Olho no Material Escolar



YouTube

/@deolhonomaterialescolar



Instagram

@deolhonomaterialescolar



TikTok

@deolhonomaterialescolar